

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANNA PALHA FANTINATO

DO PUERPÉRIO AO PURGATÓRIO:  
UMA WEB REPORTAGEM SOBRE A MATERNIDADE COMPULSÓRIA

CURITIBA

2021

GIOVANNA PALHA FANTINATO

DO PUERPÉRIO AO PURGATÓRIO:  
UMA WEB REPORTAGEM SOBRE A MATERNIDADE COMPULSÓRIA

Documento monográfico apresentado ao curso de Graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná (Sacod-UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

**ALUNO:** GIOVANNA PALHA FANTINATO  
**TÍTULO:** DO PUERPÉRIO AO PURGATÓRIO: UMA WEB  
REPORTAGEM SOBRE A MATERNIDADE COMPULSÓRIA

**DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL E DEFESA:** 19/08/2021, às  
14h30, por videoconferência.

<b>BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES</b>	<b>NOTA</b>
JOSÉ CARLOS FERNANDES (orientador)	100
VALQUÍRIA MICHELA JOHN	100
AMANDA FERNÉ AUDI (convidada)	100
<b>MÉDIA FINAL:</b>	<b>100</b>

Curitiba, 19 de agosto de 2021.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Carlos Fernandes  
*Orientador*

A todas as mulheres que, direta ou indiretamente,  
aceitaram compartilhar suas histórias comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço minha família por todo o apoio durante minha trajetória universitária ao longo de cinco puxados anos. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço aos amigos que continuaram ao meu lado, mesmo quando passei dias sem responder mensagens ou enviar qualquer sinal de fumaça.

Agradeço ao meu companheiro por me acolher e vibrar com todas as minhas pequenas e grandes conquistas.

Agradeço ao meu orientador, José Carlos Fernandes, que aceitou o desafio de mentorear um trabalho que, quando observado superficialmente, é tão voltado para o público feminino. Em todos os nossos encontros, posso dizer que você fez meu amor pelo jornalismo ficar cada vez mais forte.

Agradeço à Andressa, Lyy, Nayara, Marlene, Georgiane, Karla, Patrícia C., Patrícia M., Márcia e Ágatha por aceitarem fazer parte deste trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Paraná, pelo ensino gratuito de qualidade e por me ensinar a importância da ciência.

“Ser mãe é andar chorando num sorriso!  
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!  
Ser mãe é padecer num paraíso!”

Coelho Neto

## RESUMO

Por muito tempo, o papel das mulheres na sociedade foi atrelado ao âmbito privado, cenário que inclui os cuidados com a casa, o marido e, principalmente, com os filhos. Hoje, com as pautas do movimento feminista em ascensão, muito se tem discutido a respeito da desconstrução deste papel, há anos já estabelecido. No entanto, algumas pautas ainda parecem receber pouca atenção em debates. Uma delas é a imposição da maternidade. Para se aprofundar no assunto, foram utilizadas, predominantemente, teorias de Beauvoir (1970) sobre a construção do gênero feminino ao longo dos anos, assim como os estudos de Badinter (1985) a respeito do “mito do amor materno”. A pesquisa resultou na elaboração da web reportagem *Mas quem vai cuidar de você na velhice?*, produzida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O produto tem o objetivo de discutir a imposição do papel instintivo de mãe dado às mulheres e gerar visibilidade a um tema tão pouco falado: a maternidade compulsória. Para isso, foram entrevistadas dez mulheres, entre personagens e especialistas, com diferentes visões e experiências sobre o assunto. A partir das conversas, nota-se que as mulheres que não têm filhos, seja por escolha ou por questões biológicas, ainda são lidas como tristes ou incompletas.

Palavras-chave: Maternidade. Web reportagem. Feminismo. Gênero.

## RESUMEN

Durante mucho tiempo, el papel de la mujer en la sociedad estuvo ligado al ámbito privado, escenario que incluye el cuidado de la casa, del marido y, sobre todo, de los hijos. Hoy en día, con las agendas del movimiento feminista en auge, mucho se ha discutido sobre la deconstrucción de este rol, que se ha establecido desde hace años. Sin embargo, algunas agendas todavía parecen recibir poca atención en los debates. Uno de ellos es la imposición de la maternidad. Para profundizar en el tema se utilizaron las teorías de Beauvoir (1970) sobre la construcción del género femenino a lo largo de los años, así como los estudios de Badinter (1985) sobre el “mito del amor maternal”. La investigación dio como resultado la creación del informe web *Quién cuidará de usted en la vejez*, elaborado como un documento de conclusión del curso (TCC). El producto tiene como objetivo discutir la imposición del rol instintivo de madre a la mujer y generar visibilidad a un tema del que tan poco se habla: la maternidad obligatoria. Para ello, se entrevistó a diez mujeres, entre personajes y expertas, con diferentes visiones y experiencias sobre el tema. De las conversaciones, se observa que las mujeres que no tienen hijos, ya sea por elección o por infertilidad, todavía se leen como tristes o incompletas.

Palabras clave: Maternidad. Web reportaje. Feminismo. Género.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1	OBJETIVOS .....	18
<b>2.</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE .....</b>	<b>19</b>
2.1	PERÍODO COLONIAL .....	21
2.2	ASCENSÃO DA BURGUESIA.....	22
2.3	REVOLUÇÃO FEMININA .....	23
<b>3.</b>	<b>A NOVA MATERNIDADE .....</b>	<b>25</b>
3.1	UMA PRESSÃO INVÍVEL .....	25
3.2	UMA OPÇÃO: MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E ABORTO .....	26
<b>4.</b>	<b>MÃES E INTERSECCIONALIDADE .....</b>	<b>28</b>
<b>5.</b>	<b>O FORMATO: <i>LONGFORM</i>.....</b>	<b>30</b>
5.1	JORNALISMO LITERÁRIO .....	31
<b>6.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>7.</b>	<b>O PRODUTO .....</b>	<b>36</b>
<b>8.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
	<b>APÊNDICE 1 - ENTREVISTA COM KARLA TENÓRIO .....</b>	<b>43</b>
	<b>ANEXO 1 - FORMULÁRIO .....</b>	<b>49</b>

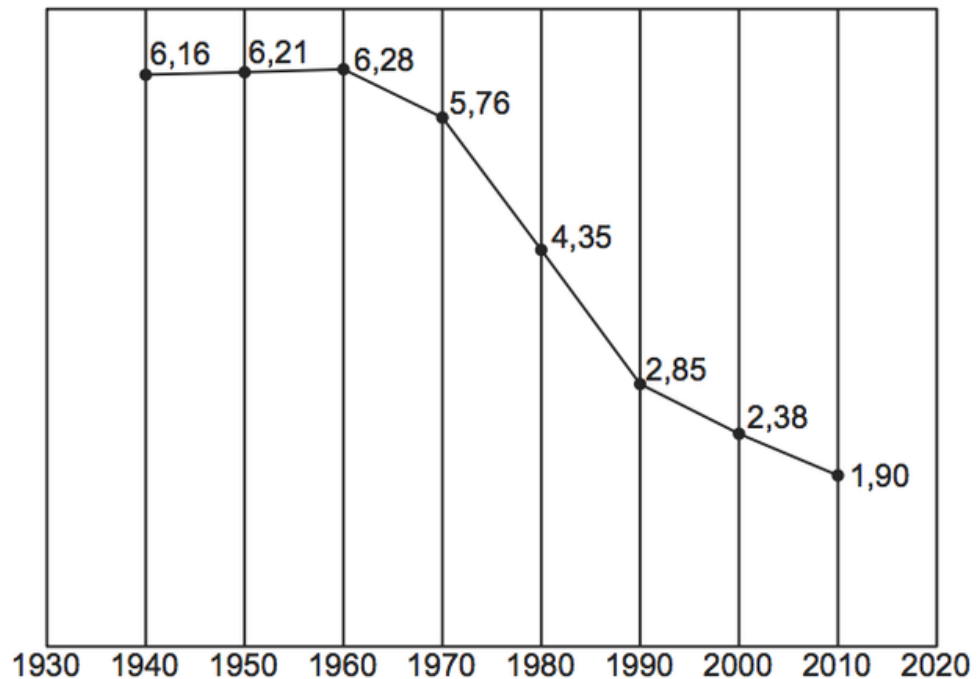
## 1. INTRODUÇÃO

Na década de 1960, momento de ascensão dos movimentos sociais e das lutas pela igualdade ao redor do mundo, a filósofa francesa Simone de Beauvoir ficou conhecida com a famosa frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1970, p. 9). Beauvoir afirmava que nenhum destino biológico, psíquico ou econômico definia a forma que a mulher assumia na sociedade, mas um conjunto que a civilização elaborava entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. Ali, Simone deixou claro que a construção de gênero se formava a partir da cultura enraizada na sociedade que definia o papel da mulher. De lá para cá, muito foi feito e discutido no movimento feminista. Entre os pontos centrais está a desconstrução da maternidade.

O tema é amplamente abordado em comerciais, novelas, filmes e nos mais diversos produtos midiáticos. No entanto, poucas são as vezes em que suas frustrações, medos ou solidão são apresentadas com profundidade. Não é para menos, a ideia de que a figura materna é sinônimo de afeto, acolhimento e amor incondicional está enraizada no imaginário popular. Mas e as que optam pela não maternidade?

Nos últimos anos, o modelo familiar tem mudado. O levantamento “fecundidade e dinâmica da população brasileira”, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), mostra que a taxa de fecundidade no Brasil cai cada vez mais. Em 1990, o número de filhos por mulher era de 2,9, enquanto a taxa média em 2018 chegou a 1,7. A diminuição foi registrada em todas as regiões do Brasil e classes sociais. Segundo o estudo, uma das principais justificativas para a queda é o aumento do acesso à informação e, conseqüentemente, aos métodos contraceptivos. Pode-se dizer que a “não maternidade” tem sido bastante repensada ao longo dos anos.

### Taxa de fecundidade total – Brasil – 1940-2010



Reprodução: MEC (2013)

Mesmo com todas as transformações e avanços, a função de mãe ainda é atrelada e, principalmente, esperada como uma tarefa instintiva e natural na vida de uma mulher. Com a romantização em torno do assunto, porém, não sobra espaço para o outro lado da moeda, que inclui as mulheres que não desejam a maternidade para si e, talvez a mais reprovada socialmente, as mães que se arrependem. Desde o fim do século XIX, a negação da maternidade é enxergada como algo anormal e até mesmo doentio (VAZQUEZ, 2015). A partir desta ideia, surge o termo “maternidade compulsória”, uma crença de que as mulheres só serão completas ou encontrarão a verdadeira felicidade quando tiverem filhos.

A web reportagem proposta neste projeto nasce como forma de dar mais visibilidade ao tema, tão pouco debatido na sociedade. Com o objetivo de aprofundar o assunto, o produto se justifica, uma vez que, incontáveis mulheres Brasil afora são julgadas diariamente por escolherem não ser mães e, na pior das hipóteses, passam por uma maternidade indesejada, assumida por pressão externa. A baixa discussão gera, conseqüentemente, a ausência de dados objetivos sobre estas mulheres, restando somente seus relatos.

Para tanto, a web reportagem deve reunir uma variedade de informações e narrar fatos por meio de diferentes formatos, como texto, áudio e vídeo. Para isso, o

primeiro passo incluiu o estudo das teorias de Beauvoir (1949) sobre gênero e os estudos de Badinter (1985) a respeito do mito do amor materno serão fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Em relação ao produto, estudos de Longui e Winkes (2015) foram os norteadores para entender o formato e as características da *longform*.

Para a apuração, foi necessário buscar dados oficiais para compreender o panorama atual e buscar as fontes da grande reportagem. No total, dez mulheres de diferentes idades, classes e visões sobre a maternidade foram entrevistadas. O objetivo foi explorar o tema ao máximo para, posteriormente, relacionar com as referências bibliográficas e trazer mais profundidade à discussão. A partir das conversas, foi possível entender quais são as principais questões e problemáticas em torno do assunto, assim como as reivindicações atuais.

## 1.1 OBJETIVOS

Considerando que, ao invés de apenas espelhar a realidade, o jornalista atua também como um agente da construção social (CARVALHO, 2012), o trabalho proposto tem por objetivo quebrar o estigma social e dar mais visibilidade ao tema da maternidade compulsória. Além disso, os demais objetivos são discorrer sobre como a maternidade se moldou à função da mulher nos séculos XIX e XX; identificar a influência do movimento feminista na desconstrução do conceito de maternidade; colher depoimentos de mulheres que estão ou já passaram por pressão para ter filhos; e compreender os processos de criação de uma web reportagem. O trabalho abordará, de forma panorâmica, como a maternidade foi construída e se moldou ao papel feminino ao longo dos anos, a começar pelo Período Colonial, passando pela ascensão da classe burguesa e, por fim, o cenário deixado pelas reivindicações da segunda onda do movimento feminista, na segunda metade do século XX. Mais à frente, será discutido como a crença do "querer ser mãe" mudou, principalmente depois da inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas com a permanência da expectativa sobre os corpos femininos.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE

Na década de 1940, a filósofa Simone de Beauvoir elaborou uma frase que seria chave no movimento feminista. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1970, p. 9). Com a sentença, quis dizer, principalmente, que ser mulher vai muito além do determinismo biológico, mas coloca a feminilidade como uma construção social. Existe uma convenção de que o corpo da mulher é associado à natureza devido a seu corpo fértil, capaz de engravidar, dar à luz e amamentar, fator considerado de natureza animal. Beauvoir reconhece as diferenças biológicas entre os gêneros masculino e feminino, mas reconhece que as condições são utilizadas como pilares de um sistema de opressão hierárquico. (BEAUVOIR, 1970, p. 14)

Um dos mal-entendidos que meu livro suscitou foi que se pensou que nele eu negava qualquer diferença entre homens e mulheres: ao contrário, ao escrevê-lo, medi o que os separa; o que sustentei foi que essas dessemelhanças são de ordem cultural, e não natural. Contei sistematicamente como elas se criam, da infância à velhice; examinei as possibilidades que este mundo oferece às mulheres, as que lhes são recusadas, seus limites, suas oportunidades e faltas de oportunidades, suas evasões, suas realizações. Compus assim o segundo volume: “A experiência vivida”. (BEAUVOIR, 2009, p. 146).

Beauvoir acredita que o lugar inferior da mulher em sociedade foi construído em especial pela ciência da biologia. O termo fêmea, por exemplo, é utilizado como adjetivo pejorativo. Mesmo reconhecendo o papel das funções biológicas, especialmente da gravidez, no desenvolvimento da sociedade, Beauvoir afirma que “não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo (p. 69) e que é preciso entender os contextos histórico, econômico, social e psicológico para esclarecer a biologia.

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história, trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016, p.70)

Um dos principais pontos construídos socialmente a respeito da mulher é o de maternidade, que ainda é atrelado aos conceitos de “instinto” materno e dedicação

plena aos filhos e ao lar. A divisão de tarefas por gênero é discutida desde o século XIX. (DONATH, 2017). Na esfera pública, era esperado o progresso, racionalidade. Na esfera privada, dentro de casa e das famílias, esperava-se mais amor, afeto, cuidado e altruísmo. Ou seja, enquanto os homens ficavam com o trabalho remunerado fora de casa, as mulheres ficaram “encarregadas” do trabalho não remunerado como esposas e mães devotas e responsáveis por manter a casa um porto seguro.

Essa descrição de ‘natureza feminina’, usada para justificar a obrigação de mulheres de ser mães, também é usada para reforçar a ideia de espécie de caixa de ferramentas inata que induz as mulheres, mais que os homens, a criar os filhos que elas deram à luz ou adotaram, e a cuidar deles. (DONATH, 2017, p. 52)

Negar o fator biológico como algo que reservava às mulheres o destino de serem mães foi uma das principais questões das lutas feministas. Na década de 1960, a maternidade passou a ser entendida pelo movimento como uma construção social, que restringia o lugar das mulheres ao espaço doméstico. Promovia-se, assim, a opressão do sexo masculino sobre o feminino, uma vez que se distanciava as mulheres do espaço público. Orth (2017) explica que desde o século XIX até hoje, as ideologias dominantes capitalistas, patriarcais, heteronormativas atuam juntas como forma de manter essa divisão de trabalho e de funções de acordo com o gênero, “uma vez que o conceito mulher-mãe é uma instituição sem o qual o sistema se desintegraria” (p. 53).

O conceito de “instinto materno” foi questionado por Elisabeth Badinter (1985), autora que traçou uma linha das representações dos papéis sociais da mulher e da maternidade ao longo da história. A autora explica que a ideia de amor materno que conhecemos hoje ganhou ênfase a partir do século XVIII, quando passou a ser entendido como um valor próprio e natural da mulher. A pesquisa de Badinter, no entanto, explica que essa concepção não passa de um mito.

Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. (BADINTER, 1985, p. 367)

Tanto quanto saber quais são os tabus em torno da maternidade, é preciso entender como os mitos nasceram.

## 2.1 PERÍODO COLONIAL

No século XVI, a sociedade enxergava a criança como um ser sem importância para a família e muitas vezes era considerada um transtorno, que deveria ser entregue para as amas de leite, função de pouco prestígio social na época. Teólogos defendiam que o excesso de amor dos pais pelos filhos corrompia as crianças (Badinter, 1985, p.59). Além disso, acreditava-se que a amamentação tinha poder de arruinar a vida de uma criança. O filósofo Juan Luis Vivés (1523) afirma em sua obra *De institutione feminae christianae* que “as delícias são o que mais debilita o corpo; por isso, as mães perdem os filhos quando os amamentam voluptuosamente”. A argumentação se amparava no fato de que ao amamentar, a mãe e o filho se beneficiam do ato. Um prazer ilícito que levaria a perda moral da criança.

No século XVIII, o envio das crianças para a casa de amas de leite já havia se estendido por todas as camadas da sociedade, dos mais ricos aos mais pobres. As mulheres da aristocracia europeia ditavam o modelo de maternidade a ser seguido. Para elas, os cuidados com filhos pequenos não eram vistos como algo divertido ou até mesmo elegante. Além disso, o ato de amamentar era visto como um ato animalesco, já que a mulher precisava deixar o seio à mostra para alimentar a criança (BADINTER, 1895). As mães que viviam em vulnerabilidade social viravam amas-de-leite para conseguir uma renda extra para a família. Para isso, precisavam deixar seus bebês com amas ainda mais miseráveis ou até mesmo abandoná-los (Idem, p. 75).

No Brasil Colônia, o infanticídio também era uma prática comum. Durante o segundo e terceiro século de colonização, surgiu um movimento nefasto de abandono. Crianças de poucos meses eram deixadas em abrigos, calçadas, praias ou terrenos baldios. A instalação de instituições como as Santas Casas, que acolhiam crianças, tinha o objetivo de proteger as mulheres brancas solteiras e evitar o infanticídio (VENÂNCIO, 2004). Estudiosos do Período Colonial acreditam que o infanticídio foi motivado, em grande parte, pela dupla moral comum nas famílias brasileiras. "Entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada. A mulher branca que assumisse um filho ilegítimo era condenada moralmente, enquanto as mulheres negras não estavam sujeitas aos preconceitos sociais como as brancas de posição" (VENÂNCIO, 2004, p. 198).

## 2.2 ASCENSÃO DA BURGUESIA

A ascensão da burguesia trouxe mudanças cruciais para a sociedade. Badinter (1985) afirma que a atitude das mães foi alterada por dois motivos: novo arranjo econômico e ascensão do liberalismo. Com o novo modelo econômico, incentivava-se que os bebês sobrevivessem até a fase adulta para se tornarem mão de obra com o objetivo de acumular capital. Já com o crescimento da ideologia liberal, que propagava valores de liberdade, igualdade e felicidade individual, as pessoas foram incentivadas a dar maior importância ao convívio familiar. Assim, a ideia do "amor de mãe" foi favorecida visando o desenvolvimento da espécie humana e da sociedade capitalista.

Nesta época, o vínculo entre mãe e filho passa a ser considerado algo comum, uma consequência do papel instintivo e natural da mulher. Rousseau (1973), por exemplo, fez um pedido para que as mulheres assumissem seu papel de mães em prol do desenvolvimento socioeconômico.

Mas que as mães concordem em amamentar seus filhos e os costumes reformar-se-ão sozinhos, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará. E este ponto, tão comete este ponto, vai tudo unir. A atração da vida doméstica é o melhor contraveneno para os maus costumes [...] Assim, desse único abuso corrigido, resultaria em breve reforma geral, logo a natureza readquiriria seus direitos. Em voltando as mulheres a ser mães, logo os homens voltariam a ser pais e maridos (ROUSSEAU, 1973, p. 19)

A ideologia divulgada por Rousseau em seu livro *Emílio ou da Educação*, publicado originalmente em 1762, foi amplamente difundida nos séculos posteriores. A obra deixava claro a crença de que a mulher, gênero representado por Sophie, no livro, seria mais fraca, submissa que o homem, e sua educação deveria ser voltada para os cuidados com o lar (BADINTER, 1985). O autor ressalta que o papel masculino estaria ligado ao espaço público e o feminino ao espaço privado. Assim, as mulheres deveriam aprender atividades ligadas aos cuidados com a casa, para que se tornassem "boas mães e esposas". O filósofo assegurava que a diferença de ensino não era preconceito ou desigualdade, mas sim, uma consequência natural das diferenças biológicas entre os gêneros (ROUSSEAU, 1973).

A imposição da maternidade, segundo Serrurier (1993) se aplica desde a publicação da famosa obra de Rousseau, posto que líderes sociais, como Napoleão, aderiram ao modelo educacional sugerido pelo pensador.

No Brasil do século XIX, a dedicação aos filhos era vista como um valor fundamental dentro das famílias financeiramente mais nobres. Entre as famílias mais pobres, entretanto, a maternidade não significava um acompanhamento íntimo dos filhos, uma vez que a mãe precisava trabalhar na roça ou nos cafezais para complementar a renda (FONSECA, 2004). As regiões que contavam com a crescente urbanização, por outro lado, contaram com uma onda de crianças abandonadas, uma vez que o trabalho infantil não era útil. As mães que abandonavam seus filhos, passavam por um forte julgamento moral. Venancio (2004) destaca as seguintes frases registradas por um médico em relação aos abandonos. "Filhos de péssimas mães, gerados de humores podres, corruptos e de má índole. O fruto que se há de seguir destas imundas árvores será um fruto indigesto, imundo e pouco perdurável" (ROZADO, 1884, apud VENANCIO, 2004, p. 216).

### 2.3 REVOLUÇÃO FEMININA

Foi no contexto pós-Guerra e com a chegada de Beauvoir (1949), à cena intelectual, que a maternidade como fator biológico passou a ser questionada. Ao contestar líderes conservadores que defendiam a ideia de moral e bons costumes dentro das famílias e abraçar teses sobre liberdade sexual, contracepção e liberação do aborto, a filósofa impulsiona a segunda onda feminista.

Embasadas pelo discurso liberal de igualdade, as mulheres do século XX passaram a levar questões individuais para o debate coletivo. Enquanto os direitos exigidos na primeira onda do feminismo, que teve início no século XIX, eram aqueles considerados básicos, como direito ao voto e à participação política, as feministas da metade do século XX exigiam direitos reprodutivos e mais liberdade sexual. Firestone (1971), filósofa feminista, acreditava que a sociedade negava o desejo sexual de mulheres mães, fator que funcionava como um instrumento de controle. "Até que o tabu seja suspenso, até que a decisão de não ter filhos ou não tê-los 'naturalmente' seja pelo menos tão legítima quanto a gravidez tradicional, as mulheres são forçadas a desempenhar seus papéis femininos" (Firestone, 1971, p. 199).

Scavone (2001) ressalta que foi a partir da metade do século passado que o movimento feminista compreendeu a maternidade como uma concepção socialmente imposta para as mulheres, acusando-a de ser a principal causa da dominação masculina sobre o sexo feminino. As reivindicações da segunda onda para que a

mulher tivesse uma identidade além da de "mãe" levaram a uma série de direitos reprodutivos conquistados, como a descriminalização do aborto em vários países europeus e nos Estados Unidos e a revolução da pílula dos anos de 1960. No Brasil, as décadas de 70 e 80 são considerados como a reinvenção da mulher, já que, com a maternidade sendo questionada, o sexo poderia ser praticado por prazer, e não apenas para reprodução (SCOTT, 2012).

Pouco tempo depois, pesquisadoras das áreas sociológica, psicanalítica e filosófica, passaram a questionar as ideias de subordinação feminina envolvendo exclusivamente a maternidade. Whitford (1991), propõe que a maternagem não seja vista como uma causa de opressão, mas como um "poder insubstituível" exclusivo da mulher e que, por isso, a característica deveria ser valorizada. Nos anos 1990, a vertente feminista pós-estruturalista defendia que eram as relações de poder e dominação masculinas que "carregavam" o significado da maternidade, e não capacidade feminina de gerar vida. Na perspectiva, o ato de cuidar dos filhos é visto como uma construção social e não é mais considerada uma característica da essência da mulher. Assim, em partes pelo avanço de métodos contraceptivos, a maternidade passa a ser vista como uma escolha.

### 3. A NOVA MATERNIDADE

Nos anos 2020, mesmo com o avanço de pautas feministas, a maternidade continua sendo um tema central na vida das mulheres. Porém, a narrativa sobre o "querer ser mãe" passou a ser uma escolha, e não um destino inflexível. Além do movimento feminista, Negreiros e Carneiro (2004) afirmam que muitos foram os aspectos sociais que ajudaram a mulher a desvencilhar, não completamente, da imagem exclusiva de mãe. Segundo ela, estes aspectos contribuíram inclusive para a expansão de um novo modelo de família nas camadas médias urbanas brasileiras:

O crescimento da economia, possibilitando uma mobilidade social ascendente dos setores médios; a inserção da mulher no mercado de trabalho, modificando o cotidiano familiar; o poder do homem, baseado na relação econômica, como único provedor, caindo em contradição; a escolaridade crescente da mulher, ampliando o seu nível de compreensão; os avanços da medicina, permitindo um controle efetivo da função reprodutora; a rapidez da transmissão de informações através da informatização e dos meios de comunicação de massa, permitindo uma constante exposição aos novos acontecimentos; mudanças jurídicas, garantindo direitos à mulher; progressos científicos e tecnológicos, abrindo espaços diversos. (NEGREIROS, FÉRES-CARNEIRO; 2004, p. 17)

Assim, a mulher, ao ingressar no mercado de trabalho e com acesso à informação e escolaridade, conseguiu filtrar valores conservadores e reafirmar suas conquistas - direito à cidadania, à sexualidade, à visibilidade científica, literária e histórica (NEGREIROS, FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Mesmo com os avanços em relação à crescente autonomia da mulher, ainda há uma grande expectativa da sociedade para que os corpos femininos cumpram o seu papel biológico de gestar um filho. Isso porque, o suposto sentimento materno continua como uma das representações mais fortes da "feminilidade" de uma mulher (VAZQUEZ, 2015). Por isso, os métodos contraceptivos e, principalmente, o aborto, continuam como questões centrais na discussão sobre a maternidade, como veremos mais à frente.

#### 3.1 UMA PRESSÃO INVÍSEL

Ainda que as expectativas sociais tenham perdido força ao longo dos séculos, para Germaine Greer (1987), a dignidade feminina ainda está diretamente ligada ao

fato de ter ou não filhos. Desta forma, as mulheres não-mães são julgadas por não contribuir com o desenvolvimento social (GREER, 1987).

A principal diferença em relação à maternidade no contexto atual, no entanto, é a nova possibilidade de adiar a gestação (BARBOSA, COUTINHO; 2007). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres que decidem ser mães após os 30 anos é cada vez maior. Entre 2009 e 2019, aumentou em 63,6% o número de mães na faixa etária entre 35 e 39 anos. Além disso, a alta no número de partos entre os 40 e 44 anos foi de 57%. Já a decisão de não ter filhos, por outro lado, ainda é bastante questionada, uma vez que as mulheres não mães são consideradas pessoas que não conseguiram cumprir seu papel social (BARBOSA e COUTINHO, 2007).

A ideia de obrigatoriedade em torno da maternidade afeta diretamente mulheres inférteis que, muitas vezes, devem enfrentar o estigma social por não conseguirem compor uma família considerada padrão. A partir daí, sentem-se vazias, solitárias, inferiores e culpadas por não conseguirem dar um filho ao companheiro (TRINDADE, ENUMO, 2002). Assim, recorrem a novas técnicas de reprodução artificial.

A relação entre infertilidade e doença, no entanto, não é de agora. No final do século XIX, o discurso médico enfatizava a função reprodutora da mulher. A maternidade passou a ser enxergada como algo sagrado, assim como a ideia de instinto materno foi cada vez mais normalizada. Mesmo para os profissionais da ciência, o papel da mulher estava intimamente vinculado ao de Virgem Maria (BADINTER, 1985). Dentro desta perspectiva, segundo Vazquez (2015), qualquer tipo de negação ou mesmo de recusa feminina ao exercício da maternidade passou a ser analisado como algo anormal ou patológico.

### 3.2 UMA OPÇÃO: MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E ABORTO

Enquanto a segunda onda do movimento feminista nos Estados Unidos começou na década de 1960, foi apenas nos anos 80 que as discussões sobre liberdade sexual e métodos contraceptivos ganharam força em terras brasileiras. Foi com o enfraquecimento da ditadura militar (1964–1985), que o sexo passou de ser focado em um meio para reprodução para ser realizado por prazer (SCOTT, 2012).

A chegada da pílula contraceptiva no Brasil coincide com a crise econômica na década de 1960, com inflação chegando a 91%, meses após o golpe civil-militar de

1964. Assim, a pílula passa a ser aceita na sociedade brasileira, como uma forma de controlar a natalidade e evitar a piora da situação financeira do país. Outros métodos como tabelinha, preservativo de látex e coito interrompido também passaram a ser utilizados em maior escala pelos casais de classe média. "Não se tratava, porém, de optar por não ter filhos, o que continuava sendo considerado inaceitável para mulheres, mas sim de escolher quantos ter" (PINHO, 2019, p.32).

Mesmo com a crescente adesão da sociedade a métodos contraceptivos, o aborto ainda era visto como algo imoral e, acima disso, ilegal desde o Código Penal de 1880. O assunto permanece um tema muito debatido dentro da Igreja Católica. Enquanto alguns padres consideravam a pílula um ato pecaminoso que contrariava a vontade divina, outros a defendiam com o argumento de que o método evitava um possível aborto no futuro. Crime que, segundo eles, era imperdoável aos olhos de Deus (PINHO, 2019).

O número de abortos ao redor do mundo é difícil de quantificar, já que dados de países com prática é ilegal tem um dimensionamento prejudicado. Ainda assim, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 1/3 de 205 milhões de gravidezes que ocorrem anualmente são indesejadas e 20% acabam resultando em abortos provocados.

Com a chegada da década de 1970, as práticas abortivas começaram a ser vistas por estudos acadêmicos como uma questão de saúde pública e não apenas como um desvio moral feminino (BORSARI, 2012). Atualmente, o aborto no Brasil só é permitido em casos de estupro, risco de vida para mãe e fetos com anencefalia. A criminalização, no entanto, não impede que o procedimento aconteça de forma clandestina. É o que mostra a Pesquisa Nacional de Aborto, realizada em 2016. O estudo indica que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais.

Em 2016, uma em cada cinco mulheres, aos 40 anos tinha realizado, pelo menos, um aborto. Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres. "Considerando que grande parte dos abortos é ilegal e, portanto, feito fora das condições plenas de atenção à saúde, essas magnitudes colocam, indiscutivelmente, o aborto com um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil" (DINIZ, MEDEIROS, MADEIRO; 2016, p. 659). O procedimento é realizado com maior frequência entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

#### 4. MÃES E INTERSECCIONALIDADE

É importante ressaltar que o feminismo e todas as suas reivindicações não devem ser interpretadas a partir de uma perspectiva universal. Bonnie Thornton Dill (2015) argumenta que a maternagem deve ser analisada de acordo com etnia, classe social, cultura e religião da mulher. Segundo Dill, os estudos acadêmicos em relação ao movimento feminista e à maternidade foram, por anos, voltados para famílias brancas ocidentais de classe média, fator que excluía vivências de mulheres de outras minorias. A socióloga Patricia Hill Collins (2008) afirma que enquanto as histórias de mulheres de outras etnias, culturas ou classes sociais não forem estudadas, os estudos e análises da maternidade não terão avanços. Isso porque a “construção identitária das mulheres negras passou por anos de escravidão, expropriação colonial e sociedade racista” (WERNECK, 2009, p. 151).

Desde o Período Colonial, as mulheres negras mães têm tratamentos opostos às brancas. A instalação de instituições que acolhiam crianças em XVIII, por exemplo, tinha o objetivo de proteger as mães brancas solteiras e evitar o infanticídio (VENÂNCIO, 2004). Além disso, entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra impostada e fiscalizada. A mulher branca que assumisse um filho ilegítimo era condenada moralmente, enquanto as mulheres negras não estavam sujeitas aos preconceitos sociais como as brancas de posição. Isso porque, “um filho ilegítimo não desonrava uma mãe negra no mesmo grau de uma mãe branca” (VENÂNCIO, p. 198, 2004). No regime escravagista dos Estados Unidos, Angela Davis (2016) sugere que as mães negras escravizadas eram consideradas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” (DAVIS, 2016, p. 20). Com o fim do tráfico internacional no país, as mulheres tidas como escravas foram consideradas valiosas para a ampliação da população negra nos EUA e, conseqüentemente, da força de trabalho.

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravizadas. Uma vez que as escravizadas eram classificadas como ‘reprodutoras’, e não como ‘mães’, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe (DAVIS, 2016, p. 20)

Muitas mães escravas eram obrigadas a realizar "atos de heroísmo", como suicídio ou aborto para impedir que os filhos tivessem uma vida semelhante à sua

(DAVIS, 2016). Desta forma, diferente das mulheres brancas que nasciam com o dever da maternidade, Davis ressalta que as mulheres negras passaram a proteger fortemente seus filhos por repulsa à escravidão. Mesmo com a abolição, as mães de crianças negras continuaram lutando para defender seus filhos de outras vulnerabilidades deixadas após séculos de violência. Collins (2000) acredita que, com as diversas preocupações, muitas mães passam a acreditar que a maternidade é um ato político. A partir desta ideia, a autora cria o termo "maternagem ativista", fator que coloca o poder da maternidade em "catalisar mulheres negras a produzir ações que, de outro modo, elas poderiam não considerar" (COLLINS, 2000, p. 194). Ou seja, elas desenvolveram ações políticas para combater a exploração, violência racial, desvantagens a serviços e direitos básicos fundamentadas no racismo. As obrigações diárias de opressão e, conseqüentemente, de enfrentamento, moldam a concepção de maternagem das mulheres negras.

## 5. O FORMATO: *LONGFORM*

Nos últimos anos, o *longform* ganhou grande espaço na internet. Em um contexto mundial, o formato foi amplamente reconhecido após a reportagem *Snow Fall*, publicada no final de 2012 pelo *New York Times*. O projeto que contava a história de uma avalanche no estado de Washington, nos Estados Unidos, recebeu 2,9 milhões de visitas nos primeiros seis dias de publicação (AMADO, 2013).

No Brasil, o primeiro jornal reconhecido pela mídia tradicional a utilizar o formato foi a *Folha de S. Paulo*, com a matéria *A Batalha de Belo Monte*, publicada em 2013<sup>1</sup>. Com o passar dos anos, outros veículos focados exclusivamente em conteúdos *longform* foram lançados. Um que ganhou grande atenção do público foi o *UOL TAB*, do portal de notícias *UOL*, que publicava grandes reportagens multimídia todas as segundas-feiras. Considerando os eventos citados anteriormente, 2012 foi o ponto de para o jornalismo digital, segundo Longui (2017). Isso porque no jornal impresso, uma narrativa dependia exclusivamente das descrições realizadas ao longo do texto, com o uso de fotos para ilustrar o tema. Na internet, por outro lado, o apelo da reportagem pode ser textual, visual e interativo. (LONGHI, 2012).

Atualmente, o formato pode ser encontrado em notícias hipermediáticas, como as chamadas grandes reportagens multimídia em sites específicos ou no jornalismo de referência (LONGUI, WINQUES; 2015, p. 1). Por dedução, podemos afirmar que um conteúdo *longform* é aquele dedicado a artigos mais longos e, conseqüentemente, mais aprofundamento do tema tratado. Segundo Finscher (2013, *apud* LONGHI, WINQUES; 2015), *longform* diz respeito a: "1) um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção (jornalística) e 2) narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo" (FISCHER, 2013). Além de reunir mais de duas mil palavras, que podem estar dispostas em um único *template*, com várias abas, ou publicada em partes, em série, o formato *longform* se destaca pela apuração, contextualização, e aprofundamento de um assunto (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 3).

Ainda que a *longform* não seja uma criação do digital, foi com a ascensão dos dispositivos móveis que elas ficaram conhecidas. "É mais fácil pegar o *tablet* e sentar no sofá para ler uma reportagem em formato longo, do que ir para frente do

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>

computador e acessar a mesma notícia. Tablets e smartphones são muito mais propícios para esse tipo de leitura” (BACCIN, 2017, p. 94). Utilizando o conceito de narrativa, proposto por Walter Benjamin (1994), que afirma que a atividade "burocrática" do jornalismo limita a arte de narrar, Baccin (2017) chama atenção para dois pontos. Ela concorda que ao falar do jornalismo diário, ou *hard news*, encontra-se mais do mesmo todos os dias. Porém, ao pensar em um formato de jornalismo "mais criativo, contextualizado e aberto a inovações" é possível encontrar narrativa e informação coexistindo em um mesmo discurso (BACCIN, 2017, p. 91).

O formato pode seguir a linha do movimento chamado *slow journalism*, que, segundo os criadores, pede menos velocidade e mais qualidade da atividade jornalística. Rob Orchard (2014) afirma durante a apresentação *The slow journalism revolution* no TEDxMadrid, que o movimento pede por mais tempo de qualidade, tanto do profissional quanto da pessoa que irá consumir o conteúdo. "Textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar mais tempo para isso" (ORCHARD, 2014).

## 5.1 JORNALISMO LITERÁRIO

O *new journalism*, corrente criada nos Estados Unidos na década de 1960, é considerada um marco do jornalismo literário, com grandes autores como Gay Talese, Truman Capote e Tom Wolfe. Nascia ali a ideia de construção de reportagem como uma forma de literatura. Indo na direção contrária da imparcialidade, objetividade e neutralidade, principais premissas da profissão até o momento, o Novo Jornalismo encantava aqueles que flertavam com a ficção.

O novo jornalismo permitiu uma abordagem mais voltada para a imaginação da reportagem, possibilitando ao autor se inserir na narrativa, como fazem muitos escritores da literatura, ou assumir o papel de um observador neutro, como outros preferem. Gay Talese (2004) aponta que o movimento não deve ser visto como ficção, mas sim algo tão "fidedigno quanto a mais fidedigna reportagem, embora busque uma verdade mais ampla que a obtida pela mera compilação de fatos passíveis de verificação, pelo uso de aspas e observância dos rígidos princípios organizacionais à moda antiga" (TALESE, 2004, p. 9). A junção entre a atividade jornalística e a literatura, no entanto, tinha características difíceis de serem catalogadas (WOLFE, 2005). Com o lançamento de *A sangue frio* em capítulos da revista *The New Yorker*,

o próprio autor, Truman Capote dizia que tinha inventado um novo gênero literário, o chamado "romance de não-ficção" (WOLFE, 2005, p. 45).

Segundo Felipe Pena (2008), as características do Jornalismo Literário formam uma "estrela de sete pontas". São elas: a possibilidade de visões e contextos mais amplos da realidade; a potencialização dos recursos já utilizados no jornalismo diário, como apuração de detalhes, postura ética e informação clara; rompimento com a burocracia do lide; ir além de acontecimentos do cotidiano; mais profundidade e perenidade dos relatos descritos; contribuição com a formação cidadã; e o distanciamento de definidores primários, ou seja, evitar as mesmas fontes de sempre, fugir de padrões do jornalismo diário e potencializar a voz de fontes anônimas.

## 6. METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado em duas partes: na primeira se realizou a busca por referencial teórico. Para adentrar no tema proposto, foram selecionadas obras e autoras que conversam ou trazem à tona o estudo sobre o movimento feminista, a construção de gênero, a normatização da maternidade ao longo dos últimos dois séculos, as diferentes perspectivas interseccionais sobre o maternar e as questões que rondam a maternidade atualmente, como os métodos contraceptivos e aborto. As referências bibliográficas sobre *longform* e jornalismo literário foram utilizadas para justificar a escolha do produto.

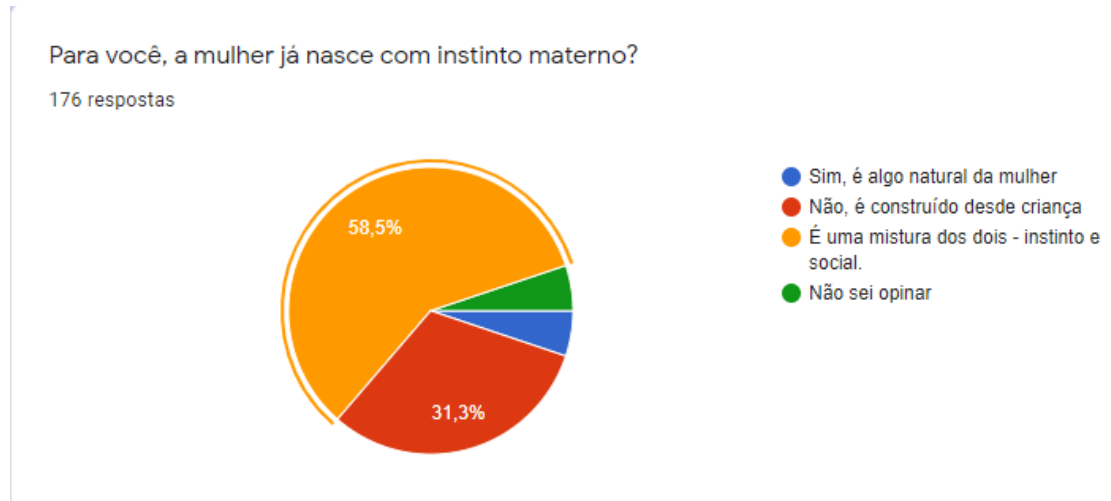
A realização de uma reportagem neste estilo se justifica uma vez que a modalidade permite unir uma grande quantidade de informações e destrinchá-las em diferentes formatos, como vídeo, texto ou áudio, além de permitir narrar os fatos com a leveza do literário e a objetividade da prática jornalística (LONGUI, 2014).

A segunda etapa consiste no desenvolvimento do produto. O trabalho aqui proposto foi inspirado em outras obras sobre o assunto: primeiro, no livro *Mães arrependidas*, de Orna Donath, publicado pela editora Civilização Brasileira, em 2015; e na grande reportagem *Filho da mãe*, de Juliana Carpaneze, publicada pelo portal *UOL Tab*. A primeira obra inspirou a estratégia de apuração, uma vez que reuniu mulheres de diferentes idades, crenças e vivências para compartilhar suas experiências sobre o ato de maternar. A reportagem, por outro lado, serviu como base na elaboração do formato digital utilizado no produto.

Para a elaboração da *longform* “Mas quem vai cuidar de você na velhice?”, o primeiro passo foi buscar dados sobre a maternidade no Brasil. Inicialmente, o objetivo foi encontrar números para investigar a idade em que as mulheres estão tendo filhos e buscar referenciais sobre uma possível queda ou aumento na taxa de fecundidade no país. No entanto, não foram encontrados dados específicos sobre a não maternidade, na perspectiva em que o termo é aqui entendida. Neste caso, optamos pela elaboração de um formulário (ANEXO 1). Nele, foram adicionadas dez perguntas.

No total, 176 mulheres responderam ao questionário. Entre os dados mais impactantes estão: 54% das mulheres que não são mães responderam que seus motivos já foram questionados por outras pessoas; 74,4% sentem ou sentiram

pressão para ter filhos; e 95,5% acreditam que mulheres que não querem ter filhos são julgadas e cobradas.



Fonte: autora/pesquisa.... 2021

Feito isso, iniciou-se a busca pelas fontes. A princípio, o foco era encontrar mulheres que optaram pela não maternidade, mas se decidiu ampliar o escopo para trazer à tona também o arrependimento materno. A procura pelas entrevistadas ocorreu de forma ativa, com busca no Google e nas redes sociais, mas também passiva, com indicações de pessoas próximas. Em um primeiro momento, foram selecionadas 21 pessoas. Entre elas, 10 mulheres foram escolhidas para compor a reportagem, incluindo personagens e especialistas.

A escolha das fontes foi realizada levando em consideração, sobretudo, a qualidade e as diferentes perspectivas das entrevistadas, uma vez que nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes de qualidade a muitas sem relevância para o assunto (DUARTE, 2011).

Por se tratar de um assunto sensível, o direito do sigilo de fonte foi oferecido às entrevistadas, com a possibilidade de adotar um nome fictício, caso necessário.

- 11 de maio: **Andressa Albuquerque** (não quer ser mãe. Criou uma página no Instagram para falar sobre maternidade compulsória);
- 13 de maio: **Lyy Ferreira** (não quer ser mãe. Criou a página “Diário de um não planejado”. Escreveu um e-book sobre maternidade compulsória e estuda planejamento familiar);

- 21 de maio: **Nayara Macedo** (é mãe e psicóloga puerperal)
- 31 de maio: **Marlene Tamanini** (socióloga, especialista em reprodução e gênero)
- 02 de junho: **Georgiane Heil Vasques** (historiadora, feminista e mãe. Estuda relações de gênero e a construção da maternidade ao longo dos séculos;
- 04 de junho: **Karla Tenório** (criou a peça *Mãe arrependida* para desabafar sobre o sentimento e ajudar outras mulheres);
- 08 de junho: **Patrícia Muller da Costa** (é psicóloga, não quer ser mãe e atende mulheres que sofrem com a maternidade. Passou por uma série de ginecologistas para conseguir colocar DIU);
- 07 de junho: **Patrícia Marx** (nunca quis ser mãe. Fez laqueadura aos 28 anos e criou o movimento Laqueadura Sem Filhos Sim);
- 10 de junho: **Márcia\*** (não quer ser mãe, cuida dos sobrinhos pequenos das 8h às 19h, de segunda a sexta);
- 12 de junho: **Ágatha\*** (tem 21 anos e não quer ser mãe. Pretende fazer salpingectomia aos 25)

As duas últimas entrevistadas optaram por manter seus nomes em sigilo. Todas as conversas foram realizadas por Google Meet, Zoom ou por telefone, devido às restrições de distanciamento durante a pandemia da Covid-19. Todas as entrevistas contaram com um roteiro-base abordando questionamentos básicos sobre a maternidade. No entanto, a singularidade de cada fonte permitiu a flexibilidade e o surgimento de perguntas não planejadas. O objetivo da etapa de entrevistas foi explorar o tema ao máximo para, posteriormente, relacionar com as referências bibliográficas e trazer mais profundidade ao produto (DUARTE, 2011).

O recurso audiovisual reúne vídeos de mulheres que não estiveram presentes na fase de entrevistas, mas que aceitaram responder às perguntas "O que é maternidade para você?" e "A maternidade é algo biológico ou socialmente construído?". Os vídeos foram gravados por elas mesmas e enviados para edição. O método foi utilizado para evitar o contato durante a pandemia.

Quanto aos infográficos, são utilizados na *longform* para tornar os dados mais visuais, objetivos e sucintos. O objetivo é atrair o público para a leitura, facilitar a compreensão da informação e oferecer uma noção mais rápida e clara das ideias apresentadas no texto (MÓDOLO, 2007).

## 7. O PRODUTO

A proposta do produto aqui descrito é promover a maior visibilidade da chamada maternidade compulsória, assunto tão pouco debatido, mesmo em coletivos ou frentes feministas. Por isso, a grande reportagem *Mas quem vai cuidar de você na velhice?* aborda os tabus, julgamentos, crenças, assim como as diferentes perspectivas que permeiam o tema. O nome escolhido se justifica uma vez que é um questionamento amplamente utilizado pela sociedade em resposta a escolha pela não maternidade.

O produto foi dividido em quatro partes:

- **Mas quem vai cuidar de você na velhice?:** a primeira parte é uma introdução ao tema, relacionando a imagem de mãe com diferentes divindades culturais. São apresentadas personagens que optaram pela não maternidade, assim como os seus dilemas frente aos julgamentos de pessoas próximas.
- **Maternidade: uma construção:** a segunda etapa da *longform* explica como a ideia de amor materno foi construído ao longo dos anos pelos âmbitos médico, político e religioso. Quando não conseguiam engravidar, por questões biológicas, eram consideradas anormais.
- **“Arrependimento: pesar ou lamentação pelo mal cometido”:** na terceira parte da grande reportagem, aborda-se a questão do arrependimento materno, considerado um grande tabu na sociedade. Neste trecho, a *longform* conversa com o livro *Mães arrependidas*, de Orna Donath (Civilização Brasileira, 2017). Há, também, o aprofundamento na história da entrevistada Karla Tenório (APÊNDICE 1), atriz conhecida por debater arrependimento materno em suas redes sociais.
- **Um direito negado:** na parte final da *longform* são abordados os direitos reprodutivos de uma mulher, que muitas vezes não são garantidos. Para isso, duas fontes contam suas perspectivas a respeito da laqueadura e salpingectomia, métodos considerados definitivos.

Para que os leitores intuem que "venceram" mais uma parte da história, a reportagem foi separada por quatro grandes imagens, utilizadas como 'quebras de página'. Além disso, a *longform* se apropria de imagens de uma das entrevistadas –

cedidas para a autora –, infográficos e dois vídeos, sendo um *trailer* da peça Mãe arrependida e outro de produção própria. Neste último, foram selecionadas fontes com diferentes visões, com o objetivo de garantir maior pluralidade de opiniões.

Vale ressaltar que o formato escolhido para o vídeo teve relação direta com o período pandêmico enfrentado durante a produção. Para garantir a segurança da autora e das entrevistadas, todos os vídeos foram gravados pelas fontes e enviados para edição.

Os recursos imagéticos também sofreram limitações, considerando que não foi possível contar com fotografias autorais das fontes. Por isso, foi necessário o uso dos bancos de imagens, Pexels e Shutterstock, para ilustrar a grande reportagem. As fotos que marcam as quebras de página ao longo da *longform* foram tratadas para se adequarem à paleta de cores utilizada. Para hospedar o produto, foi escolhida a plataforma gratuita Wix, por ser mais viável e por suportar todos os formatos necessários. O site está disponível no [link](#).

Em relação ao impacto social gerado pelo produto, espera-se que os assuntos aqui tratados ganhem maior visibilidade e virem pautas centrais nas discussões tanto feministas quanto na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES

A imagem da mulher ao longo da história esteve muito atrelada à casa e a família. No século XXI, após a segunda onda do feminismo, a maternagem finalmente virou pauta nos debates do movimento, mas mesmo com as transformações culturais, as expectativas que rodeiam a mulher para que cumpra sua função de mãe ainda são muito altas.

Ao longo da apuração, foi possível perceber duas principais questões: a primeira é que a maternidade ainda se apresenta como um assunto que beira o sagrado. Por isso, o debate a respeito da maternidade compulsória ainda é realizado de forma superficial ou em forma de julgamento, mesmo em espaços de discussões feministas. A mulher que foge da imposição materna que lhe é esperada, será alvo de estranhamento, assim como ganhará a imagem de egoísta e vaidosa. Surge daí a insegurança e o medo das mulheres ao compartilharem seus desejos pela não maternidade, assim como as mães que compartilham suas experiências reais e sem floreios sobre o puerpério.

A segunda questão notada ao longo da pesquisa foi a participação majoritariamente masculina nas discussões acerca da maternidade ao longo dos dois últimos séculos estudados. A ideia de maternidade foi construída por um conjunto de fatores, que incluem os discursos religioso, político e médico, resultados das relações de poder e dominação masculina nestes campos. As três áreas colocaram a maternidade como, respectivamente, um dever moral, uma contribuição para a nação e uma necessidade biológica. Além disso, o século XX, lembrado por ser um período de extrema valorização da infância (VAZQUEZ, 2015), aumentou ainda mais a responsabilização da mulher com seus filhos. Em contrapartida, aquelas que não encontram o prometido instinto materno, esbarram em sentimentos de culpa, solidão e, por vezes, arrependimento.

A normatização da maternidade ao longo dos anos foi tamanha que, atualmente, só são consideradas completas e legítimas aquelas que decidiram gestar um filho; enquanto as mulheres que voluntariamente escolhem não ser mães têm seus corpos considerados marginais e incompletos.

Mas assim como em qualquer transformação sociocultural, deve-se trazer à luz o debate sobre as diferentes perspectivas e experiências que permeiam a

maternidade. Será apenas na pluralidade de representações e visões sobre o assunto que a decisão de ser mãe deixará de ser obrigação e passará a ser uma escolha.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Jô. **O projeto 'Snow Fall' e o futuro do jornalismo**. Observatório da Imprensa, Campinas, São Paulo, 14 maio 2013.
- BACCIN, A. **A reportagem no ambiente digital – da multimídia à hipermídia**. In: Anais do 8º Ciberjor: Congresso Internacional de Ciberjornalismo. Campo Grande: UFMS, 2017.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti. **Aborto provocado: vivência e significado**. Um estudo fundamentado na fenomenologia. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, C. A. de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.
- COLLINS, Patricia. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DILL, Bonnie T. **Across the boundaries of race & class: an exploration of work & family among black female domestic servants**. Routledge, 2015.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa nacional de aborto 2016**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 653-660, 2017.
- DONATH, Orna. **Mães arrependidas**. São Paulo. Civilização Brasileira, 2017.
- DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011
- FIRESTONE, Shulamith, **The dialectic of sex: the case for feminist revolution**. London: Paladin, 1971

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.

GREER, Germaine. **Sexo e destino: a política da fertilidade humana**. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LONGHI, R. **O turning point da grande reportagem multimídia**. Revista Famecos. v. 21, n. 3, 2014.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. **O lugar do longform no jornalismo online**. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. São Paulo: 2015. Disponível em < <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/0>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PINHO, Juliana Malacarne de. **Representações da maternidade no cinema brasileiro contemporâneo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

ROCHA, P.; XAVIER, C. **O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico**. RuMoRes, v. 7, n. 14, p. 138-157, 27 dez. 2013.

ROUSSEAU, Jean. **Emílio ou da educação**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SERRURIER, C. **Elogio às mães más**. São Paulo: Summus, 1993.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. Cadernos Pagu. São Paulo: 2001.

SCOTT, Ana. **O caleidoscópio dos arranjos familiares**. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Masculino e feminino na família contemporânea**. Estudos e pesquisas em psicologia. Rio de Janeiro: 2004.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. Porto, Porto Editora, 2003.

MÓDOLO, Cristiane Machado. **Infográficos: características, conceitos e princípios básicos**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. São Paulo: 2007.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008

TALESE, Gay. **Fama e anonimato**, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TRINDADE, Zeidi Araújo; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. **Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil**. Psicologia USP, 2002.

Vazquez, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade. **Revista Mosaico-Revista de História**. Ponta

Grossa: 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3984>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

VENANCIO, Renato. Maternidade negada. In: PRIORE, M. (ed.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

VIVES, Juan Luis. JL Vives: **De institutione feminae christianae**, Liber Secundus & Liber Tertius. Leiden: Brill, 1998.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Genebra: 2009.

WHITFORD, Margaret. **Luce Irigaray: philosophy in the feminine**. London and New York: Routledge, 1991.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

## **APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM KARLA TENÓRIO**

**Decupagem da entrevista com Karla Tenório, realizada no dia 4 de junho de 2021, com duração de 1h38 minutos. Edição bruta.**

### **G: Você queria ser mãe?**

**K:** Eu não queria ser mãe. Inclusive, quando me casei, fui ficar grávida mesmo depois de quatro anos, porque foi quando tive a visão na beira do rio. Sempre disse que não tinha intenção de ficar grávida e eu também sempre tive uma personalidade que indicava que eu não queria ter. Sempre gostei de viajar, só pegar a mala e sair e nunca tive muita afeição por crianças, não tinha essa coisa que muitos adultos têm. Então, nunca fui "maternal", ou o que se considera maternal socialmente. Hoje, eu me abro mais para esse questionamento: 'O que é ser maternal?' É quem demonstra um amor incondicional? Mas eu sou uma mãe, estou exercendo a maternidade, eu sou maternal. Por mais que a minha maternidade passe pelo carinho, chamego, eu considero que é pura parceria. Porque alguém que olha de fora pode achar que é quase antiquado, se não tivesse tanto amor e cuidado. Então, não, não queria ser mãe.

### **G: Como foi a gestação?**

**K:** Quando tive a visão, me abri nesta viagem de imersão espiritual, de yoga, de meditação e aceitei. A gestação foi perfeita, como se eu tivesse nascido para aquilo. Já nem lembrava mais que não queria ser mãe um pouco antes. De tanto que fiquei no "estado de graça". Ficava muito perto do mar do RJ, que é mais selvagem. Tive uma amiga que era doula, estudei sobre cromoterapia, me preparei. Escrevi uma música para quando ela nascesse já escutar a música, preparei o parto em casa, ritual da placenta. Então até aí foi tudo lindo e, claro, muito romantizado. A criança se chamaria Flor Inaê (de lemanjá), totalmente iluminada, veio do mar. Era dali pra glória.

Porque durante a gravidez, não tinha ninguém ali do meu lado para me olhar e falar: "olha, é treta", "cê tá preparada?". Mas, ao mesmo tempo, também não sei se estava tão imersa na gravidez que acabei não dando ouvidos aos conselhos de outras pessoas. Por isso que eu digo, a gente pode achar que quer ter filho, quando ainda é uma pressão da maternidade compulsória. Porque a mulher pode dizer assim 'imagina, eu sou livre, a escolha é minha', mas quando ela tem, sente uma ponta de

culpa lá no fundo, mas morre de vergonha de dizer, é porque cedeu à maternidade compulsória. E muitas vezes nós estamos amortecidas, imaturas. No meu caso, era uma romantização.

**G: E como foi essa visão?**

**K:** Na época eu fazia muita meditação, fazia muito jejum, assistindo palestras do mestre na beira do rio. E, um dia, eu estava meditando na beira de um rio considerado sagrado na Índia no Himalaias. E aí eu vi uma garuda, que na mitologia hindu, é uma espécie de águia, mas ela estava com rabo de sereia. E ela vinha do sol, mergulhava no rio e saía com tudo da água. E nesse momento eu pensei do nada: eu vou ficar grávida. Então, eu digo que a visão da beira do rio é verdadeira. Em todos os sentidos. Eu acredito que ela pode representar a maternidade compulsória, porque se eu sou uma mãe arrependida, então ela serve um pouco. E por outro lado, ela é verdade porque agora a minha história está ajudando milhares de mulheres, então essa criança precisava nascer e, além disso, eu precisava me arrepender, porque não daria para ajudar outras mulheres se esse arrependimento não fosse real.

**Eu: Qual foi o momento em que você percebeu que estava arrependida da maternidade?**

**K:** Foi exatamente na hora do parto. Quando saiu a cabeça, eu tive que ficar um tempo esperando ainda, porque ela estava com a mão próximo ao rosto (com o braço dobrado) e a parteira foi usando o rebozo - uma espécie de xale ou corte de tecido é um acessório milenar utilizado para relaxar durante a gestação. A parteira foi fazendo manobras na minha barriga, porque ela não queria nascer. A bolsa já tinha estourado, eu estava dilatada, estava tudo certo, mas ela não vinha.

Quando saiu a cabeça, é como se eu tivesse tido um 'destamponamento' na visão, como se antes estivesse tudo fora de foco e, de repente, eu passei a enxergar. Ou eu passei a enxergar ou eu passei a enxergar uma realidade da qual era muito nova, que promoveu medo. Eu, naquela dor insuportável sem entender nada, senti "ferrou", e não foi algo racional, foi instintivo. Pensei 'me arrependi, não vai ter como voltar atrás, acabou'. Foi como uma pontada de 'minha vida acabou'.

Após o parto, desmaiei de cansaço e dor e quando acordei, horas depois, quando a vi, pensei 'meu Deus, não é um pesadelo, ela existe e é para o resto da vida'. E não tem nada na vida que exija mais de uma pessoa do que a maternidade.

Não tem casamento, não tem relação de mãe com filha, nada. Porque o mais próximo da relação de mãe com filha é a relação filha com mãe. Porque eu sou os dois, sou filha e sou mãe. Ser filha carrega muita pressão, um puta peso. Mas a diferença é que você pode ir, está na crença da sociedade que você deve sair de casa, seguir seu caminho. Você pode até mesmo destituir seus pais e dizer que são só seus progenitores. Agora, a mãe que assume essa responsabilidade, não tem como. Isso por causa de crenças da sociedade, cultura, vínculo. E acredito que também por causa do momento do parto. A criança não lembra desse momento, mas a mãe sim, como se fosse um trauma carimbado na memória dela, por mais que tenha sido um parto tranquilo. É uma cicatriz. Tendo sido positiva ou não, é um choque. Ela nunca mais será a mesma, todos os comportamentos, tudo será diferente. E acredite, mesmo a cesárea é assim.

Porque, como se já não bastasse isso, ainda tem a pressão social, cultural, tem o pai/marido que pode abusar, gritar, sair a hora que quiser, que pode abandonar. Ai, do outro lado, tem a mulher que fica ali 24 horas por dia disponível, tem o peito, amamentação. E eu digo para você, até os dois anos de idade, é um pesadelo, um filme de terror. E eu não consigo entender como é uma coisa que é comunicada de uma forma tão romantizada. E não se deve diminuir o que é o parto, o arrependimento, o que é o parto na valorização do machismo, o que é o poder de uma mulher ao dar à luz a uma criança.

Eu me sentava na beira da cama dela e chorava. E não era por ódio ou raiva dela. Eu chorava pensando "o que vai ser de nós, minha filha? O que vai ser de mim?" Porque para ela, eu sabia que não deixaria faltar nada, nem que eu tivesse que me acabar. Mas isso não é maternidade. E é sobre isso que eu falo. As mães que não conseguiram exercer a sua individualidade, sua pluralidade, sua diversidade e que estão presas a essa ideia idealizada de Virgem Maria que venham para conversar para desmistificar isso. Não é para ninguém se "acabar" para outra pessoa, são dois seres humanos.

Foram séculos de desvalorização da mulher e ela passou a ser vinculada ao ato de dar filhos, criar e cuidar da sociedade. E quando eu me arrependo disso, há um alarde. "Como assim ela se arrepende de ser escravizada, de estar exausta, de ser abusada" e eu digo "sim, eu me arrependo por não ter reconhecimento nenhum, por ser um trabalho não remunerado - porque sim, é um trabalho não remunerado. Eu, por exemplo, poderia estar lendo várias outras coisas, mas estou aqui lendo Mentos

Inquietas, porque minha filha é hiperativa, Dar e Receber, para poder ver se eu me curo. Então, o meu ofício que é ser atriz fala da maternidade. É basicamente 24 horas por dia na maternidade e vai me dizer que eu não preciso ser remunerada?

Aí me perguntam, 'mas quem vai pagar?'. E eu falo: economia do cuidado. É o estado? São os cidadãos que vão se organizar para que a iniciativa privada promova economia do cuidado? É uma economia que envolve investimento na comunicação para desmistificar essa ideia de que a mãe não é boa para trabalhar. E nisso, as milhares de mães ficaram desempregadas. "Porque elas são improdutivas, precisam ser tratadas como 'especiais' e na "empresa não daria". Então o que seria essa economia o cuidado? Seria esse investimento seja do estado, da iniciativa privada, dos cidadãos nas mães, nas mulheres que criam a sociedade. Porque, como já diz Silvia Federici, em o *Calibã e a Bruxa*, "o que vocês chamam de amor, nós chamamos de trabalho não-remunerado". Porque as pessoas precisam ter consciência de que elas foram criadas por uma mãe e a mãe é tratada desse jeito mesmo. Porque ela é uma mártir, uma Virgem Maria. Ela vai ver o filho se ferrar, ela vai ver o filho sair de casa ou destituir os pais. Porque quando o filho está pronto, é como se fosse um 'foda-se, acabou' da sociedade. Aí, vai Jesus lá ser crucificado e ela chorando até não dar mais e o que se deu dela depois? Nada. Maria não tem história depois da morte de Jesus. Por quê? Porque a mãe não existe enquanto ser humano, só como mãe. Só conhecemos sua história a partir do nascimento do filho. Sem falar que ela era um ser tão divino que nem transou pra ter o filho, né?

**G: Como você resumiria o ato de maternar?**

**K:** Eu diria que estamos destruindo a mulher que era antes, porque primeiro tem a deformidade do corpo, em questão de: cálcio, ferritina etc., tudo vai para a criança. Segundo, seus hábitos vão mudar, porque agora você não faz cocô, ou se faz, vai ser com a criança no colo. O banho que antes seria em dez minutos agora vai ser em três. E o cabelo ou você raspa ou prende. Aí tem também o psicológico, o emocional, o estrutural e o propósito de vida.

Para mim, eu senti como se um caminhão tivesse me atropelado, eu não anotei a placa e perdi o caminho de volta para casa, que é o propósito, o que brilha os olhos. Essa é a sensação, porque é tudo junto, psicológico, mental, emocional, hormonal e energético. E muitas paralisam, ficam em uma espécie de choque, não anotam a placa e demoram um tempão para achar o caminho de volta. Foi o que aconteceu comigo.

Demorei dez anos para sair dessa sensação. Eu vivia com a sensação de estar perdida, patinando. E agora sinto que estou ancorada no meu próprio corpo e seguindo o meu propósito de vida. Me sinto mais corajosa, mais forte, com mais ímpeto de produzir, estou fazendo faculdade de teologia e filosofia, escrevendo.

Eu acredito que algumas mulheres realmente nasceram para ser mães, apesar de ser raro. Quando o ofício e o propósito dela estão conectados. Pode até ser que eu descubra no fim da vida que eu mesma tenha nascido para ser mãe e gerar toda essa discussão em torno do assunto, quem sabe?

**G: Como foi a recepção da peça?**

**K:** Fui muito julgada, muito criticada. As pessoas vêm me falar "Você não tem medo de expor a sua filha ao falar sobre isso?". Foram centenas de mensagens de ódio na minha página pessoal, tive que bloquear meu perfil. Muitas mensagens diziam algumas coisas do tipo: "é por isso que existem Suzane von Richthofen por aí". Mas uma mãe que vê um comentário desse, a filha que vê, vão refletir sobre o assunto.

**G: Como é a sua relação com a sua filha? Você conversa com ela sobre o assunto? Ela sabe sobre a peça?**

**K:** Ela sempre soube de tudo. Agora, eu tinha duas opções: fingir que nada estava acontecendo, sendo que ela ia saber, já que, as crianças são muito mais inteligentes do que uma pessoa adulta em termos de cognição e conversar. A minha escolha foi conversar de igual para igual desde sempre. Então, ela estava com seis meses e eu já sentava e conversava com ela. As pessoas falavam "mas você acha que ela vai entender alguma coisa?" e eu só pensava 'algum dia ela vai entender'. Sobre o arrependimento, teve um dia em que eu sentei e falei, com filtros, obviamente. Expliquei todos os outros lados da maternidade. E ela simplesmente olhou pra mim e disse "mamãe, e eu não vejo?". Nesse momento foi como se eu estivesse me assumindo para um padre. Foi a primeira pessoa com quem eu conversei sobre o arrependimento.

A partir do momento em que eu vi que aquelas conversas me traziam uma sensação de amor, aceitação, apoio, parceria, que eu entendi que aquela alma realmente me via, me entendia. A minha promessa com ela é que a verdade vem acima de tudo. Ela é a minha maior parceira, ela que me ajuda e entende até a missão do projeto.

Quando eu comecei a ser xingada após o lançamento da peça, eu ficava pensando "aí, filha, será que estou expondo você?", ela parava, me olhava e dizia "mãe, para de fraqueza, nadou tanto pra morrer na praia? Tanta luta para nada? E só por causa de pessoas que você nem conhece que estão projetando a maternidade? E quantas pessoas estão te xingando?", eu respondi "ah, umas quinhentas", "e quantas mães estão te agradecendo e dando os seus depoimentos?", "ah, em média umas três mil mulheres". "Então aguenta, mãe. Seja forte". Ela muito mais forte do que eu.

Então eu sinto que ela é uma criança que está preparada para essa missão. Eu só sei que ela está sendo amada e essa é a minha forma de amar. A missão da Mãe Arrependida é o amor e o amor só é possível por meio da verdade.

A minha relação com ela é incrível, a gente é muito parceira, não brigamos, amigas. Como mãe é uma treta. É muito sofrimento, você não poder voltar atrás e perder toda a liberdade da sua vida. E mesmo quando a criança cresce e vira adulta, a sociedade acredita que a essa mãe é responsável por essência desse ser humano, pela alma. É a própria Virgem Maria, né? Então assim, eu já sei que vou seguir o resto da minha vida servir para a minha filha obrigatoriamente.

Para finalizar com uma última reflexão é: eu amo minha filha, mas odeio ser mãe. A maternidade do jeito que está estruturada, está distorcida. Precisamos nos organizar como sociedade - porque por enquanto são só as mães e as mulheres que lutam pelo direito de não serem mães, por serem chamadas de egoístas - e fazer com que esse debate seja estendido para todos. Até como uma forma de as mães pararem de abusar, maltratar seus filhos, elas precisam falar sobre esses sentimentos que as forçam a fazerem isso. Porque com certeza esses sentimentos estão ligados a culpa, arrependimento, desconexão da vida antiga, falta de liberdade, julgamento. Ela precisa ouvir e saber que um monte de mulher sente isso. Até sair a matéria do *UOL* em abril, eu não sabia que existia tanta gente como eu.

## ANEXO 1 – FORMULÁRIO

### Maternidade compulsória

Oi, meu nome é Giovanna Fantinato e estou no último semestre do curso de Jornalismo da UFPR. Para o meu TCC, estou coletando dados e relatos sobre a chamada Maternidade Compulsória. Posso contar com a sua ajuda? :)

São 10 perguntas e o tempo médio para respondê-las é de 1 minutinho, pode confiar. Todas as respostas serão registradas anonimamente e serão valiosas para a pesquisa. Muito obrigada! <3

\*Obrigatório

Quantos anos você tem? \*

- Até 18 anos
- Entre 19 e 25
- Entre 26 e 29
- Entre 30 e 39
- 39 ou mais

Qual é o seu nível de escolaridade? \*

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto (ou cursando)
- Ensino superior completo
- Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado)

Você é mãe? \*

- Sim
- Não

Se a resposta anterior foi 'não', você pretende ser mãe em algum momento?

- Sim
- Não
- Ainda não sei

Se a resposta da pergunta anterior foi 'não', os seus motivos para escolher não ser mãe já foram questionados por outras pessoas? (Se você marcou que é mãe, pode escolher a opção não) \*

- Sim
- Não

Você sente/já sentiu pressão para ter filhos? \*

- Sim
- Não
- Não sei opinar

Para você, a mulher já nasce com instinto materno? \*

- Sim, é algo natural da mulher
- Não, é construído desde criança
- É uma mistura dos dois - instinto e social.
- Não sei opinar

Você sente que mulheres que não querem ter filhos são julgadas e cobradas socialmente? \*

- Sim
- Não
- Não sei opinar

Você já ouviu falar no termo "maternidade compulsória"? \*

- Sim
- Não

Conhece uma história envolvendo maternidade compulsória e acha que pode agregar a pesquisa e a reportagem? Se quiser compartilhar comigo, é só deixar o nome e um número para contato. (Tá valendo histórias sobre mulheres que não queriam ser mães - e foram mesmo assim -, mulheres que optaram pela não maternidade, mulheres que fizeram a cirurgia de laqueadura sem ter os dois filhos previstos por lei, mulheres que falem sobre maternidade real, etc. Todas as contribuições são importantes. Ah, e o nome não precisa ser revelado na reportagem :).

Sua resposta